

SÁ, ALFREDO

*magistrado; interv. AM 1924-1926; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1951.

Alfredo Prates de Sá nasceu em Teófilo Otoni (MG) em 11 de dezembro de 1878, filho do coronel Carlos de Oliveira Sá, senador estadual em Minas Gerais entre 1895 e 1898 e chefe situacionista em Teófilo Otoni, e de Deolinda Arabela Prates de Sá.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1901, foi promotor público e juiz de direito, e consultor jurídico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais entre 1919 e 1922. Nesse último ano ingressou no Senado Estadual, preenchendo a vaga deixada por Manuel Tomás de Carvalho Brito. Renunciou ao mandato de senador no mesmo ano para ocupar a chefia de polícia do estado, até 1924.

Em dezembro desse ano, assumiu o cargo de interventor federal no Amazonas, onde permaneceu até janeiro de 1926. De volta a Minas, foi eleito vice-presidente do estado em março, na chapa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que governou de 1926 a 1930. Voltou a ocupar também uma cadeira no Senado Estadual, sendo reeleito em 1927 com mandato até 1934.

Era membro da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1929, e participou, portanto, das deliberações do partido sobre a sucessão estadual. Partidário da candidatura de Fernando de Melo Viana, afastou-se do partido juntamente com este e com alguns deputados quando a comissão indicou os nomes de Olegário Maciel para a presidência do estado e de Pedro Marques de Almeida para a vice-presidência. Desligando-se do PRM e do movimento da Aliança Liberal, no qual o PRM estava engajado, os dissidentes passaram a participar da campanha de Melo Viana para a presidência do estado e de Júlio Prestes para a presidência da República, ambas as candidaturas apoiadas pelo presidente Washington Luís.

Em 1930 foi nomeado ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM), mas não chegou a tomar posse, pois, com a vitória da Revolução e a deposição de Washington Luís, o decreto de sua nomeação foi tornado sem efeito. Durante o governo de Olegário Maciel em Minas (1930-1933), ocupou a secretaria do Instituto Mineiro do Café. Em 1934, promulgada a nova Constituição, iniciou uma ação contra o governo federal visando à reparação dos danos decorrentes de sua exoneração do cargo vitalício de ministro

do STM. Entretanto, desistiu da ação ao ser nomeado serventuário de justiça no Distrito Federal.

Em 1940 assumiu a prefeitura de Teófilo Otoni, permanecendo no cargo até 1945. Em dezembro desse ano foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático. Em 1946 ocupou por um mês a Secretaria do Interior de Minas Gerais. Exerceu o mandato de deputado federal até dezembro de 1950.

Morreu em Teófilo Otoni no dia 12 de julho de 1960.

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; CÂM. DEP. *Anais* (6/5/1912); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; COUTINHO, A. *Brasil; Diário do Congresso Nacional*; GALVÃO, F. *Fechamento*; HORTA, C. *Famílias*; MORAIS, A. *Minas; Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); TORRES, J. *História de Minas*.